



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 1864/2025

Solicitar informações ao Ministério das Mulheres sobre o seu posicionamento e o que muda nas políticas públicas sobre mulheres após a morte de Paloma Alves Moura.

A Vereadora Fabi Virgílio, que esta subscreve, vem, respeitosamente, solicitar informações ao Ministério das Mulheres sobre o seu posicionamento e o que muda nas políticas públicas sobre mulheres após a morte de Paloma Alves Moura.

Considerando a morte de Paloma Alves Moura, dia 08 de outubro, no Hospital e Maternidade Tricentenário de Olinda;

Considerando que Paloma tinha de 46 anos, era chef de cozinha, e após 15 dias sofrendo com um sangramento no útero decidiu buscar o Hospital, porém, ao chegar na instituição que pertence à Unidade da Santa Cruz da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, grupo católico, não teve um atendimento adequado para a gravidade de sua situação, pois os médicos suspeitavam se tratar de um aborto – o que não justifica o ocorrido, e ela teve uma parada cardiorrespiratória que gerou a sua morte naquele mesmo dia;

Considerando que Paloma sofria de endometriose e mioma uterino, e quando chegou ao hospital, recebeu um teste de gravidez ao invés dos primeiros socorros. Conforme relato de amigos que a acompanharam, todo tratamento foi submetido ao resultado do teste, mesmo com eles avisando que ela não estava grávida;

Considerando que a morte de Paloma não é isolada. Incontáveis mulheres morrem todos os anos no Brasil vítimas de situações de violências. O caso da Paloma é resultado de um atendimento negligenciado por parte da instituição. Ela aguardou sangrando, dentro do Hospital, por mais de oito horas. Menosprezaram sua vida por acharem que ela havia induzido um aborto e por isso “julgaram e condenaram à morte uma mulher”, e era ENDOMETRIOSE, doença que afeta cerca de 7 milhões de mulheres no nosso país;

Considerando que mesmo que fosse uma situação de abortamento, Paloma merecia ter seu atendimento resguardado pois os princípios do SUS são universalidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

equidade e integralidade, garantindo que a saúde é um direito de todo cidadão, não fazendo distinção entre eles;

Considerando que crenças religiosas em locais que recebem recursos públicos não podem se sobrepor aos princípios do SUS. Toda vida importa e merece respeito;

Considerando que o hospital informa em seu site que 100% de seus atendimentos são destinados a pacientes do SUS;

Considerando que o hospital não pode colocar a religião acima de qualquer tratamento e atendimento;

Considerando que tratar o aborto a partir de uma concepção moral, religiosa e reacionária coloca todas em risco, até mesmo aquelas que não estão em busca desse direito;

Considerando a lei nº 9862 de 2020, que em seu artigo 10 dispõe que o prazo máximo para disponibilização da informação solicitada será de 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa dos órgãos ou das entidades dispostas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 1º da Lei, bem como mediante aviso da prorrogação ao solicitante.

Requeiro, satisfeitas as formalidades regimentais, solicitar todas as informações pertinentes e respostas aos seguintes questionamentos:

- 1- O Ministério tomou conhecimento sobre o ocorrido com Paloma?
- 2- O Ministério já teve conhecimento de procedimentos adotados dessa forma com outras mulheres, além de Paloma?
- 3- Quais foram as medidas (judiciais/administrativas e correlatas) adotadas pelo Ministério sobre esse caso, para que não haja a sensação de impunidade para a sociedade?
- 4- Quais mudanças o Ministério tem pensado para garantir que nenhuma outra mulher morra sem tratamento digno?
- 5- Quais os protocolos que serão feitos em instituições religiosas que cuidam do acesso à saúde para que isso não volte a acontecer?
- 6- Como o Ministério se posiciona diante do caso?



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

7- Existe algum projeto pelo Ministério que visa garantir a proteção das mulheres, especialmente em questões das quais fomos colocadas quando o caso de Paloma vem à tona? Observamos que mais de 7 milhões de mulheres sofrem da mesma condição de saúde Paloma (endometriose e mioma).

Na expectativa de uma breve manifestação a respeito, ensejo para reiterar meus votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 21 de outubro de 2025.

FABI VIRGÍLIO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=304R035855K8H169>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **304R-0358-55K8-H169**